

FHC quer solucionar projetos sociais

FOTOS: ARQUIVO

COMPROMISSO IMEDIATO É ENCONTRAR SOLUÇÕES PARA HABITAÇÃO E SANEAMENTO

De volta ao Brasil depois de uma viagem de dez dias à Ásia, o presidente Fernando Henrique Cardoso determinou a auxiliares que encontrem soluções rápidas para garantir o início da aplicação de projetos sociais que entraram na agenda do governo de 2001. Sua primeira providência foi definir uma reserva de R\$ 3 bilhões do FGTS que ele quer para investir nas áreas de saneamento e habitação. O presidente elegeu também outra prioridade e deve anunciar, em breve, o novo projeto de combate à pobreza nas regiões metropolitanas.

A lição foi tirada da eleição municipal de outubro passado, quando a população deixou claro, aos candidatos governistas derrotados, que o Executivo federal deu pouca atenção aos centros urbanos. É

esse ponto fraco que FHC quer superar com o programa de desenvolvimento das regiões metropolitanas. Sob a coordenação do assessor especial da Presidência, Moreira Franco, o projeto do governo pretende dar prioridade a problemas habitacionais, de saneamento, de transporte público e, sobretudo, aos de cidadania dos brasileiros que vivem nos arredores dos grandes centros.

Versão federal do *Favela Bairro* adotado no Rio, o programa, que vem sendo chamado de *Inclusão Social* pelos tucanos, entra na cota das reivindicações que o governador paulista Mário Covas sempre cobrou do governo federal.

Para bancar esse projeto federal, R\$ 700 milhões do recém-criado Fundo de Combate à Pobreza foram inicialmente reservados pelo governo. Mas como o programa total não ficou pronto antes da votação do Orçamento de 2001, os recursos com os quais o Palácio do Planalto contava foram deslocados para programas da Bolsa-Escola e de saneamento básico, devido a acordos entre parlamentares e os ministros da Educação, Paulo Renato Souza, e da Saúde, José Serra.

De acordo com o secretário-geral da Presidência da República, Aloysio Nunes Ferreira, o projeto, na verdade, depende da aprovação de lei complementar regulamentando o Fundo de Pobreza, que deverá ser votada em abril.

Também não é por acaso que o Palácio do Planalto elegeu o termo "cidadania" para definir o objetivo final do projeto. Os levantamentos feitos por grupos de estudos do programa, formados por técnicos do Ministério do Orçamento e Gestão, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Caixa Econômica Federal (CEF) mostram como essas populações têm acesso aos serviços públicos, mas não desfrutam da cidadania.

Apenas metade dos brasileiros residentes nesses aglomerados urbanos que se formam ao redor das grandes capitais tem documentos. Os outros 50% vivem como cidadãos brasileiros clandestinos: trabalham, têm renda e patrimônio, mas não possuem a propriedade do lote onde moram, portanto não têm endereço e não podem usufruir de serviços de



PRESIDENTE já conta com uma reserva de R\$ 700 milhões

telefonia fixa e energia elétrica. Sem documentos, também não têm acesso ao sistema de crédito. Apesar disso, pagam caro para viver longe do luxo. O governo federal já tem definidas as várias frentes que pretende atacar: regulamentar a lei do usucapião para promover registros de posse, facilitar

a documentação desses brasileiros, e realizar obras de infraestrutura – saneamento básico e regularização do uso dos serviços de telefonia fixa e eletrificação. “É preciso um mutirão de serviços de obras para trazer essas pessoas à economia formal”, ressalta o assessor palaciano.